



NÓS DA ESCOLA

Na próxima revista: Família e Escola



central de atendimento: (21) 2528-8282
ouvidoriamultirio@pcrj.rj.gov.br

Avaliação Indicadores de (in) sucesso

Atualidade
Risco-Brasil, ameaça para quem?

NÓS DA ESCOLA

Um girassol para a formiga,
É um lindo Sol.



Desenho de Wallas Anselmo de Souza, aluno do Ciep Presidente Agostinho Neto, Zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)

Editorial	4
Avaliação: vamos fazer uma?	
Cartas	5
Sugestões, revistas e currículo	
Ponto e Contraponto	6
Maria Teresa Esteban, educadora, discute como deve ser praticada a avaliação escolar	
Carioca	9
A Divisão de Mídia e Educação da SME e o seu projeto de revitalização das salas de leitura	
Zoom	10
As manifestações populares acompanham a História da humanidade	
Olho Mágico	12
Conheça os bastidores do programa Nós da Escola	
Atualidade	14
Afinal, o que é o Risco-Brasil?	
Capa	16
Avaliar: um desafio constante para a escola	
Pé na Estrada	22
Alunos portadores de necessidades educativas especiais mostram o quanto são capazes	
Caleidoscópio	25
Programas e produtos da MULTIRIO que podem ser usados na escola	
Professor On-line	27
Por dentro do Fundo Rotativo	
Vida de Professor	28
Um dia de eleição	
Tudoteca	30
Dicas de leitura, filmes, vídeos e agenda de eventos	



Empresa Municipal de Multimeios

Largo dos Leões, 15 - 9º andar - Humaitá - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22260-210 • www.multirio.rj.gov.br • ouvidoriomultirio@pcrj.rj.gov.br
Central de atendimento: (21) 2528-8282 - Fax: (21) 2537-1212

Cesar Maia - Prefeito • **Sonia Mograbi** - Secretária Municipal de Educação • **Regina de Assis** - Presidente da MULTIRIO • **Maria Inês Delorme** - Diretora de publicações e jornalista responsável (MTb. 22.628) • **Ana Lagôa** - Supervisão editorial • **Solange Jobim** - Supervisão pedagógica • **Élida Vaz** - Assessora de comunicação e ouvidora • **Guaira Miranda** - Gerente de multimídia • Colaboradores: **Alberto Jacob Filho** (Fotografia), **Cristina Campos** (Conteúdo), **Cristina Morel** (Conteúdo), **Erick Grigorovski** (Ilustração), **Joanna Miranda** (Conteúdo), **Lúcia Barreiros** (Produção gráfica), **Marcus Tavares** (Reportagem), **Martha Neiva Moreira** (Edição), **Nancy A. Soares** (Revisão), **Eduardo Ofeliano** (Ilustração), **Suely Barreto** (Conteúdo), **Tania Oliveira** (Projeto gráfico) • Fotolitos e Impressão: **Gráfica e Editora Posigraf** • Tiragem: **40 mil exemplares**

O processo de construção do Núcleo Curricular Básico Multieducação, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, foi muito rico, proporcionando discussões e contemplando as contribuições vindas das escolas. Entretanto, no que se refere ao processo final, a avaliação, houve dificuldade de se obter um consenso. Daí a recomendação da própria administração, que se encerrou em 1996, de uma reavaliação da Resolução 606. Com a introdução do Ciclo de Formação e a Resolução 684, em 2000, mais questões foram sendo colocadas em relação à avaliação.



Escola Municipal Ary Barroso e Ciep Elis Regina, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ) e Escola Municipal Professor Albert Einstein, Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)

Avaliação: vamos fazer uma?

É histórica a dificuldade em se discutir avaliação nesta e em outras redes de ensino e me lembro de alguns seminários em que o debate acalorado não nos conduziu a uma proposta, e até deixou ressentimentos.

Neste momento, torna-se bastante oportuno recordar que a

Multieducação propõe que a “avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos devem estar em sintonia com o planejamento e desenvolvimento das atividades em função do Núcleo Curricular Básico Multieducação e do projeto pedagógico construído pela escola”.

É na elaboração de um Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente em cada escola, que podemos definir as ações pedagógicas. Nesta construção, estaremos respondendo quem somos, para que educamos, o que temos e o que queremos, nossos objetivos e metas, o que vamos ensinar, como ensinar e avaliar.

No desenvolvimento de uma política pública de inclusão, de universalização do ensino, não podemos nos distanciar dos ideais da escola que queremos, a escola para todos, sintonizada com a sua comunidade e com o tempo em que vivemos. Precisamos, então, nos debruçar e refletir sobre as práticas pedagógicas vigentes, entendendo que a avaliação não é um momento estanque do trabalho escolar: ela é contínua e precisa estar cada vez mais fundamentada na teoria e na prática.

Neste momento, estamos analisando as propostas que foram enviadas pelas Comissões de Professores. Em setembro, vamos nos reunir com estas Comissões para entregar a proposta, já reformulada, para ser submetida aos professores e, até o final do ano, teremos o retorno da discussão ocorrida com o campo para o fechamento de uma proposta definitiva: uma nova Resolução e novas orientações sobre avaliação.


Sonia Mograbi

Secretária Municipal de Educação

Sugestão

Que bom instrumento de reflexão é a revista **Nós da Escola**. Lendo as matérias, penso que a circulação da revista pelas unidades de saúde da cidade do Rio de Janeiro talvez fosse uma estratégia para os profissionais de saúde se familiarizarem com as questões pedagógicas, contribuindo para melhor relação entre Educação e Saúde. Uma sugestão: vocês poderiam fazer uma reportagem sobre o projeto Escolas Promotoras de Saúde, uma iniciativa desenvolvida pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio e pela Rede Municipal de Ensino. O projeto tem o objetivo de promover a saúde, melhorando a qualidade de vida na comunidade escolar.

Carlos Silva @

Gerente do Programa de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

N. da R. - A MULTIRIO agradece os elogios e a participação. A sugestão é bem-vinda e será analisada pela equipe da revista.

Concurso

Trabalho premiado no Concurso Nacional de Cartazes, promovido pela Secretaria Nacional Anti-drogas

Roberto Meireles, 12 anos

Aluno da Escola Municipal Fernando de Azevedo, Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)



Reprodução

Revistas

Tive acesso ao último número da **Nós da Escola**. Gostei muito. Sou professora da rede particular e gostaria de saber de que forma poderia receber as revistas?

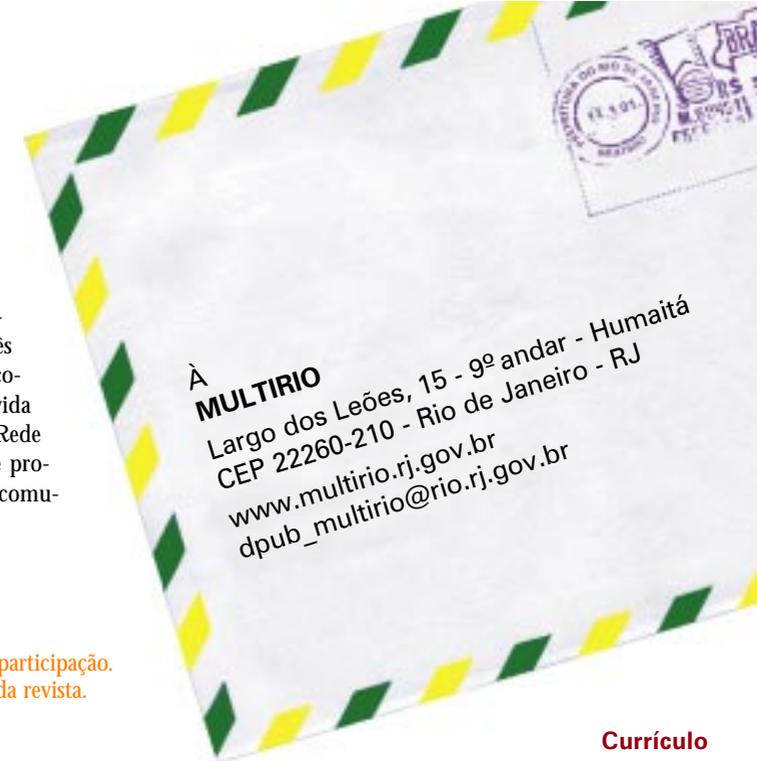
Ana Lúcia Tavares @

Professora da Rede particular

N. da R. - A revista **Nós da Escola** é dirigida somente aos professores da Rede Municipal de Ensino do Rio. No entanto, a MULTIRIO distribui os exemplares para bibliotecas da cidade, órgãos públicos e instituições ligadas à área educacional.

Prêmio

A MULTIRIO recebeu o Prêmio Mariazinha Fusari de Educomunicação. Idealizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, o prêmio, inédito na área de educomunicação, foi concedido a instituições e profissionais que desenvolvem ações relevantes para promover a inter-relação entre comunicação e educação. A solenidade de entrega foi no dia 8 de agosto, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante a abertura do IV Simpósio Brasileiro de Comunicação e Educação. A MULTIRIO, única empresa agraciada com o prêmio em todo o Brasil, foi representada pela Diretora de Publicações, professora Maria Inês Delorme.



Currículo

Quero cumprimentar toda a equipe da revista **Nós da Escola** pelos excelentes artigos, práticos e originais, e pela criativa coleção **Giramundo**. Gostei muito da edição nº 5. Adorei a matéria **Currículo: tecendo caminhos** (**Nós da Escola** nº 5, páginas 16 a 20). O texto nos leva a refletir sobre uma questão tão elementar mas que, surpreendentemente, ainda temos dificuldade em responder: o que deve ser ensinado na escola? E como? Na verdade, todos nós sabemos. Mas é sempre um desafio buscar o contato com as variedades culturais e a diversidade da vida social, nunca esquecendo o perfil e a vida do nosso aluno, da nossa turma, enfim da nossa escola.

Elisa Biondi Egues ✉

Professora da Escola Municipal Santa Catarina, Centro, Rio de Janeiro (RJ)

N. da R. - Professora, o objetivo da revista é contribuir cada vez mais para o debate e a reflexão sobre os assuntos do cotidiano escolar. Agradecemos seus elogios.

✉ Carta

☎ Telefone

@ E-mail

A avaliação ainda é vinculada ao resultado da relação ensino/aprendizagem.

O êxito ou fracasso escolar está associado à quantidade de acertos. A educadora Maria Teresa Esteban, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que pesquisa o fracasso escolar e o desempenho de alunos de classes populares, destaca que este sistema de avaliação - classificatório - reproduz a dinâmica da atual sociedade que inclui poucos e exclui muitos: "A avaliação atribui valores aos sujeitos e aos seus processos de aprendizagem a partir de conceitos socialmente estabelecidos. A busca da hegemonia é a forma de a escola se vincular ao processo de inclusão e exclusão".

A diferença não significa superioridade ou inferioridade, como freqüentemente a escola ensina. A construção do conhecimento, explica a professora, é processo permanente, sem pontos fixos de partida e de chegada. Em entrevista à **Nós da Escola**, a pesquisadora avisa: "A escola definitivamente não precisa selecionar para favorecer o processo de ensino/aprendizagem. Ensinar e aprender pressupõem encontros, o que demanda práticas que favoreçam o diálogo".

Avaliar não é excluir

É possível acabar com a avaliação escolar?

Maria Teresa Esteban - Não. Nem acho que seja desejável. A avaliação é uma atividade significativa em muitas situações de nossas vidas, inclusive na escola. Porém, acredito ser possível, sim, acabar com a avaliação classificatória no cotidiano escolar. A avaliação é vinculada ao resultado da relação ensino/aprendizagem. Não é entendida como parte do processo.

Os estudantes estão satisfeitos com a forma como são avaliados? Eles entendem e aprovam este tipo de avaliação?

Maria Teresa - Alguns alunos e alunas entendem e estão satisfeitos, especialmente os que obtêm sucesso. Outros entendem e não estão satisfeitos. E ainda há os que não entendem. Atualmente, há processos diferentes de avaliação sendo realizados até no mesmo espaço escolar. Embora reconheça a existência de diversas possibilidades, resumidamente, diria que ainda é predominante a compreensão de que ser avaliado é fazer prova e que o êxito ou fracasso está relacionado à quantidade de acertos.

Como fazer com que a avaliação deixe de ter o caráter classificatório e passe a ser entendida como parte de um processo?

Maria Teresa - É preciso realizar, no cotidiano escolar, práticas de avaliação que dialoguem com o conhecimento e não com a

classificação. Construir um processo baseado na reflexão coletiva sobre o conhecimento, sobre o ensino e sobre a aprendizagem. Um processo que ajude a compreender melhor a dinâmica pedagógica e a produzir práticas mais favoráveis à constante ampliação do conhecimento. A avaliação precisa deixar de ter a finalidade de classificar os alunos e alunas em melhores ou piores. Um aspecto significativo é deixar de classificar as respostas dos alunos e alunas como erros e acertos e passar a indagar, em qualquer resposta, os conhecimentos e desconhecimentos que ali estão indicados. Este é um modo de reconhecer que todas as respostas têm qualidade por serem portadoras de

conhecimento e que todas sinalizam, pelo desconhecimento que anunciam, aprendizagens que se fazem necessárias, gerando novas possibilidades de ensino.

A avaliação classificatória contribui para a inclusão/exclusão social?

Maria Teresa - Em uma sociedade profundamente desigual como a nossa, em que parcelas expressivas da população são excluídas de direitos básicos como alimentação, moradia e saúde, não é de se estranhar que as pessoas também sejam excluídas do direito à educação. A exclusão pode ocorrer mesmo quando a criança, o jovem ou o adulto freqüentam a escola, pois uma sociedade excludente produz práticas sociais excludentes. A busca da homogeneidade é um modo de se vincular aos processos de exclusão, pois as expressões diferentes das

previstas são avaliadas negativamente, silenciando a heterogeneidade, que caracteriza a vida, fortalecendo assim a hierarquia que está posta. A avaliação atribui valores aos sujeitos, aos seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, aos seus conhecimentos, aos seus hábitos, a suas capacidades a partir dos valores socialmente elaborados, o que significa valores constituídos nos processos de exclusão. A classificação que a escola produz, aparentemente tomando como referência o que o aluno ou aluna sabe ou não sabe, está associada à dinâmica social que inclui poucos e exclui muitos. Ao valorizar alguns conhecimentos e desqualificar outros, a escola está reproduzindo as práticas de exclusão social. ►



Uma avaliação que pretenda se articular aos processos de inclusão social precisa se constituir por meio de práticas que promovam profunda reflexão sobre suas atividades escolares, desde ações mais comuns, como, por exemplo, atribuir valor positivo ao acerto - resposta que coincide com o esperado - e valor negativo ao erro - resposta que se distancia do previsto.

A avaliação classificatória é uma atividade de controle? Sendo assim, é um mal necessário?

Maria Teresa - A avaliação vem cumprindo importante função de controle, tanto na escola quanto fora dela. Não é um mal necessário, pois a escola deve incluir todos e o controle só é indispensável quando se quer excluir. A escola não precisa selecionar para favorecer o processo ensino/aprendizagem. Isto não significa que a escola possa abrir mão da disciplina, que não é sinônimo de controle. A disciplina deve ser vivenciada como parte necessária do trabalho pedagógico e não como resposta a ameaças que a avaliação pode fazer como mecanismo de controle.

Como o professor pode, hoje, avaliar estudantes respeitando a concepção de multiplicidade e respeito às diferenças?

Maria Teresa - Fazendo das práticas de avaliação práticas de investigação de como os alunos e alunas aprendem, para melhor compreender os diferentes percursos que realizam, os diferentes conhecimentos que trazem para a escola, os modos particulares de relacionar o conhecimento escolar com os conhecimentos e desconhecimentos que possuem, bem como para ampliar o conhecimento que se tem sobre os processos de ensino e sobre como torná-los mais favoráveis à aprendizagem de todos os alunos e alunas. Crianças diferentes, que vivem experiências cotidianas diferentes, possuem conhecimentos diferentes, modos de aprender e de se desenvolver também diferentes. A diferença não significa superioridade ou inferioridade, como frequentemente é aprendida pela escola, sendo o fundamento da classificação, da seleção e da exclusão. A avaliação como uma prática de investigação pode nos ajudar a compreender a diferença como riqueza, como ampliação das possibilidades individuais e coletivas na dinâmica ensino/aprendizagem.

O conceito de zona de desenvolvimento proximal, difundido pelo educador Lev Vygotsky, pode auxiliar o trabalho dos professores no processo de avaliação do desempenho de aprendizagem dos alunos?

Maria Teresa - Na compreensão de que o conhecimento é sempre parcial, provisório e coletivo, devemos entender que o conhecimento é um processo permanente sem pontos de partida e de chegada fixos. A zona de desenvolvimento proximal indica a existência de um espaço em que os conhecimentos estão em construção, oferecendo indicações relevantes sobre onde o ensino deve atuar. Como a zona de

desenvolvimento proximal se revela na interação entre sujeitos com conhecimentos diferentes, este conceito ressalta o conhecimento como um processo coletivo, solidário, compartilhado, cooperativo, além de sublinhar a importância da heterogeneidade na sala de aula. A diferença não atrapalha o processo ensino/aprendizagem, como muitas vezes se imagina. O conceito de zona de desenvolvimento proximal mostra que a diferença potencializa a ação escolar. Neste sentido, contribui com a produção da avaliação como prática de investigação, nos ajudando a abandonar o olhar classificatório que temos dirigido aos alunos e alunas e a fortalecer o sentido do diálogo que se mostra mais interessante para a aprendizagem. Ensinar e aprender pressupõem encontros, o que demanda práticas que estimulem o diálogo.

O que atualmente está sendo destacado no debate sobre avaliação?

Maria Teresa - Vejo duas questões centrais. Por um lado, a consolidação de um sistema de avaliação externa, com a implantação, inclusive, de exames nacionais, que favoreçam as práticas de classificação e de controle. Por outro, um debate intenso, sobretudo no cotidiano escolar, sobre processos de avaliação que contribuam com a aprendizagem dos alunos e alunas. Processos que se distanciem da classificação e sejam comprometidos com a inclusão dos alunos e alunas, destacando a necessidade de que todos encontrem na escola um espaço de ampliação permanente de seus conhecimentos. ■

Salas de leitura: espaços multimídia

Uma sala de leitura e o que é melhor: multimídia. Lá é possível encontrar livros para alunos e professores, fitas de vídeo dos programas da MULTIRIO, aparelhos de som, vídeo, filmadoras, televisões e computadores. A Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro possui, hoje, aproximadamente mil espaços como este.

Os materiais podem e devem ser utilizados por toda a escola. Quem avisa é Simone Martins de Araújo, coordenadora da Divisão de Mídia-Educação, órgão da Secretaria Municipal de Educação do Rio (SME) responsável por todas as salas de leitura da rede.

“O nosso desafio é fazer com que a escola se aproprie deste espaço. Observamos que poucos são os professores regentes de turma que utilizam permanentemente as salas e os seus recursos. Eles existem para atender aos educadores e alunos. Além dos equipamentos, que podem proporcionar vários projetos escolares, as salas dispõem de livros para a formação continuada do professor”.

A proposta da atual equipe é revitalizar as salas e transformá-las em um efetivo parceiro do dia-a-dia do professor, promovendo assim o hábito de leitura e a convergência de mídia na escola. Para isso, desde o ano passado, os professores da Divisão de Mídia-Educação vêm estudando e pesquisando formas de incrementar o trabalho do professor com o apoio dos diversos tipos de mídia.

No final de 2001, foram criados cinco grupos: o texto e a TV, vídeo e cinema; o texto e o jornal e a história em quadrinho; o texto e o rádio; o texto e a literatura infantil e juvenil; o texto e a informática. A idéia, segundo Simone, é divulgar o resultado do trabalho no final deste ano: “Cada educador receberá um caderno com as informações coletadas. Os grupos de estudo também estão percorrendo as escolas para conhecer os projetos desenvolvidos. Estas experiências também farão parte do documento”.

Das cerca de mil salas de leitura, 30 são chamadas de pólo e de núcleos de mídia. Estes espaços possuem maior quantidade de equipamentos e materiais, bem como oferecem cursos de atualização para os professores. ■

Relação das Salas de Leitura Pólo/Núcleos de Mídia

- | | | |
|---|---|---|
| 1ª CRE
E.M. Mário Cláudio
E.M. Vicente Licínio Cardoso | 6ª CRE
Ciep Dr. Adão Pereira Nunes
E.M. Rose Klabin | 9ª CRE
E.M. Gastão Penalva
E.M. Prof. Gilberto Bento da Silva
E.M. Almirante Saldanha da Gama |
| 2ª CRE
E.M. México
E.M. George Pfisterer
E.M. República Argentina | 7ª CRE
E.M. 25 de Abril
Ciep Carlos Drummond de Andrade
E.M. Comunidade de Vargem Grande
E.M. Tristão de Athayde | 10ª CRE
E.M. Gandhi
E.M. Marechal Pedro Cavalcanti
E.M. Bertha Lutz |
| 3ª CRE
E.M. Rio Grande do Sul
E.M. Ceará
E.M. George Sumner | 8ª CRE
E.M. Ruben Berta
E.M. Rosa da Fonseca
E.M. Presidente Médici | |
| 4ª CRE
E.M. Bahia
E.M. Leonel Azevedo
E.M. Conde de Agrolongo
E.M. São Paulo | | |
| 5ª CRE
E.M. Mário Paulo de Brito
E.M. França
E.M. Mozart Lago | | |



Reproduções

Sala de Leitura da Escola Municipal Mário Cláudio, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ)

Escola Municipal Rodrigo Mello Franco Andrade, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ) e Escola Municipal Minas Gerais, Zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)



Em 1984, as principais praças e avenidas das capitais brasileiras foram tomadas pela população que clamava pelas eleições diretas para presidente da República. Ausentes das ruas desde 1968, quando o Ato Institucional nº 5 mergulhou o país na sua fase mais repressiva desde a ditadura Vargas, as pessoas gritavam e dançavam ao som dos discursos e das canções. Os anos se passaram e aquela grande manifestação - a festa das Diretas Já - perdeu-se na memória. Mas ir às ruas clamar por isto ou aquilo seguiu sendo uma estratégia de luta dos movimentos políticos e populares.

Embora mobilizem a opinião pública, as passeatas, painéis, caminhadas e comícios tornaram-se tão frequentes que muita gente acredita que perderam força de pressão. Há os que continuam achando uma passeata indispensável para gritar bem alto por algum direito desrespeitado.

Em questão: Manifestações Populares

Muitos, porém, cerram portas e janelas e abominam as multidões nas ruas. E há ainda os que pensam ser possível fazer uma manifestação sem comprometer a ordem. Tanto que algumas cidades até elegeram suas *praças do povo*. Em São Paulo, é a supermovimentada Avenida Paulista; no Rio, a Avenida Rio Branco e a orla das praias da Zona Sul. Em Salvador, a Praça Castro Alves.

Em ordem ou como turbas descontroladas, as manifestações de rua acompanham a história da humanidade. Na Grécia Antiga, tudo acontecia na *ágora* - a grande praça onde se fazia política. Na Idade Média, fora dos muros dos castelos, a plebe explodia em revoltas desordenadas e por vezes sangrentas. Com o crescimento das cidades, as ruas tornaram-se palco de desfiles de insatisfeitos e, algumas vezes, praças de guerra, como na grande marcha que culminou com a tomada da Bastilha, em 1789, em Paris - a primeira grande manifestação do mundo moderno.

No Brasil, a história também registra momentos de pico dessa forma de protesto: 1922 - marcha dos 18 do Forte pela praia de Copacabana, no Rio; 1928 - passeatas de trabalhadores em greve no Rio, em Santos e em São Paulo; 1954 - manifestações em todas as capitais no dia da morte de Vargas; 1968 - inúmeras passeatas nas capitais comandadas por estudantes e operários contra a ditadura militar, culminando com a Passeata dos Cem Mil; 1992 - passeatas a favor do *impeachment* de Fernando Collor, então presidente da República; 2000 - sucessão de manifestações em 15 estados, clamando pela Paz. E hoje? O que pensam as pessoas sobre as passeatas?



Reprodução

“Muitos são os grupos que saem às ruas para defender os interesses de seres humanos que são humilhados diariamente pelas necessidades que enfrentam. São levantadas bandeiras em defesa dos sem-terra, dos sem-teto, das vítimas da violência, dos desempregados, enfim, de todos os que vivem à margem da sociedade. E, então, por que não despertar, nos alunos, a chama da solidariedade? Solidariedade deve ser ensinada como participação e ajuda na construção de um mundo melhor e não como sinônimo de esmola. A noção de vida deve ser passada para os alunos com uma conotação de luta, não a luta armada, mas a luta idealista, a luta pelas palavras e boas ações. Se não houver condições de luta, não haverá condições de vida. É levantando bandeiras que se faz uma guerra contra a vida sub-humana dessa legião de brasileiros que apenas sobrevivem”.

Shirley Barros Cabral
Diretora da Escola Municipal Comunidade de Vargem Grande, Zona Oeste do Rio



Reprodução

“As manifestações são importantes. Por meio delas podemos inclusive saber o que está acontecendo com certos grupos, instituições e minorias. Isso faz parte da democracia e não deve ser descartado. Acho apenas que as pessoas que estão à frente desses movimentos não podem esquecer que moram e vivem dentro de uma sociedade e que existem regras que devem ser respeitadas e cumpridas. Ir para as ruas e reivindicar os seus direitos é justo, mas temos que lembrar sempre que o nosso direito termina quando começa o do nosso companheiro”.

Inspetora Tatiana Mendes Freitas
Guarda-municipal, responsável pela Ronda Escolar da Secretaria Municipal de Educação



Reprodução

“Essa participação da sociedade é muito importante. É uma mobilização legítima que deve ser incentivada. Afinal, é uma forma de todos tomarem conhecimento do que está acontecendo em vários setores do nosso dia-a-dia. Uma participação clara e sensata, onde, lógico, todos devem se respeitar. É uma excelente forma de as pessoas pararem, repensarem e refletirem sobre determinados assuntos que, por conta do cotidiano, às vezes, ficam deixados de lado”.

Regina Carla
Professora da Escola Municipal Rio Grande do Sul, Zona Norte do Rio



Reprodução

“As manifestações sociais não representam um modismo. Sempre existiram. Mas acredito que antigamente tinham muito mais penetração na opinião pública. Basta lembrarmos das passeatas contra a ditadura militar e a campanha das Diretas Já, onde participaram representantes de todas as classes sociais, raciais e culturais. Eram manifestações que buscavam mudar a própria sociedade. Hoje, elas estão ligadas a pequenos grupos e interesses corporativos. Não existe uma preocupação em atender às necessidades de todos os indivíduos, diferentemente do que acontecia no passado”.

Lúcia da Costa Leite
Historiadora, professora da UFRJ



Reprodução

“Não faz muito tempo que a ideia de povo na rua era sinal de confusão, de crise das instituições, coisa que merecia repressão *para pôr ordem na casa*. Mas a verdade é que, nos períodos em que o Brasil viveu fases de repressão política institucionalizada, os problemas sociais eram até mais intensos e atingiam mais pessoas que agora. Só não eram visíveis. Desde a abertura política, o Brasil vem amadurecendo e aprendendo a perceber o significado das causas das diretas, do *impeachment* de um presidente corrupto, das mulheres, crianças, negros, homossexuais, índios, ecologistas, grupos profissionais, cidadãos preocupados com a violência. Essas causas vêm trazendo a democracia para participar do cotidiano, desmistificando-a, dando-lhe um significado concreto como algo mais que uma palavra na boca dos políticos. Cada vez mais, a vida política do cidadão deixa de ser associada necessariamente à baderna e à desordem. Alguém pode argumentar que passeatas atrapalham o trânsito. É. Mas os tanques e o batalhão de choque atrapalham mais que isso”.

Dário Sousa e Silva
Sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Uerj

Os protagonistas da história são os professores, alunos e funcionários da Rede Municipal de Ensino do Rio. O roteiro também fica por conta deles. Desde o ano passado, o programa **Nós da Escola**, exibido, semanalmente, pela MULTIRIO, apresenta e divulga as atividades da comunidade escolar, contando o dia-a-dia dessa turma.

Nós da Escola na TV

O objetivo é reafirmar o valor da escola como espaço de troca de experiências, como explica o diretor da revista eletrônica, João Alegria: "Para isso, a participação do professor é vital. Queremos que ele assista aos programas, mande pautas, critique e venha conversar conosco". O programa, de 30 minutos, tem quatro quadros fixos e uma equipe de cerca de 20 profissionais, formada por produtores, jornalistas, professores e pedagogos, cinegrafistas e técnicos.

As matérias de cada programa são definidas em uma ampla reunião, da qual participam toda a equipe de produção e representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME). As gravações acontecem quase que diariamente. Depois de gravadas, as reportagens são editadas e sonorizadas. Um programa leva, em torno, duas semanas para ficar pronto.



O ator Licurgo Aspínola apresenta o Nós da Escola

Intercâmbio - Além dos quadros fixos, a equipe vem procurando realizar matérias especiais de interesse de toda comunidade escolar. Em setembro, o programa mostrará a riqueza arquitetônica de algumas escolas tombadas pela Prefeitura do Rio. Em destaque, as escolas municipais Sarmiento e Edmundo Bittencourt, ambas na Zona Norte do Rio de Janeiro, e Alberto Barth, na Zona Sul. Zé Zuca, coordenador do programa, anuncia: "Vamos também contar curiosidades. O público, por exemplo, ficará sabendo que a escola Alberto Barth, durante o Estado Novo, foi transformada no Tribunal de Segurança Nacional".

Também está sendo elaborada outra reportagem que levará crianças de uma escola para conhecer o cotidiano de seus colegas de outra unidade. A professora Maria Teresa Lacerda, assessora pedagógica do programa, adianta como será feita a matéria: "Vamos chamar de o *Correio da Amizade*. Queremos mostrar o trabalho de escolas que vivem realidades distintas. Antes de se conhecerem, os alunos trocarão correspondências".



O dia-a-dia da equipe

- Durante a semana, a equipe entra em contato com as escolas em busca de pautas, que são cheçadas e apuradas.
- Terça-feira é dia de reunião. Representantes da Secretaria Municipal de Educação e a equipe definem quais as matérias vão ao ar.
- Apuradas e definidas, as matérias são gravadas.
- Próximo passo: roteirizar e editar as reportagens.
- Ao mesmo tempo, as participações do apresentador são gravadas no estúdio da MULTIRIO.
- Todo o material é reunido e editado. Antes de ir ao ar, o programa é avaliado pela assessoria pedagógica da Diretoria de Mídia e Educação e pelo núcleo de TV, Rádio e Cinema da MULTIRIO.

Nós da Escola quadro a quadro

Editorial - O apresentador Licurgo Aspínola apresenta um tema que será discutido e analisado por alunos, professores e público em geral. Ao final do programa, um especialista no assunto dá a sua opinião.

Destaque - Mostra habilidades artísticas e intelectuais da comunidade escolar.

Fazendo Arte - Apresenta diferentes artistas e seus trabalhos, procurando incentivar a criatividade na escola.

Multidéias - É o espaço reservado para mostrar projetos pedagógicos escolares bem-sucedidos.

Pela Rede - Dois repórteres mirins divulgam as atividades extra-classe das escolas da Rede Municipal de Ensino do Rio.

É possível Isso? - O quadro apresenta trabalhos realizados pelas escolas que utilizam convergência de mídia e de linguagens.

O Nó - Mostra de que forma as escolas estão resolvendo questões do seu dia-a-dia, como incentivar, por exemplo, o hábito de leitura entre os alunos.

Quem é quem

Zé Zuca - Coordenador do programa. Pedagogo, arte-educador, cantor, compositor e diretor teatral.

João Alegria - Diretor do programa. Autor e diretor de TV. Já dirigiu programas de caráter documental e educativo, como o *Brasil Legal* (TV Globo) e *Teca na TV* (Canal Futura).

Maria Teresa Lacerda Menezes Coelho - Assessora pedagógica da Diretoria de Mídia e Educação da MULTIRIO. Professora de Língua Portuguesa e Literatura.

Isabela de Assis - Jornalista. Sub-editora do programa. Trabalhou na editoria Cidade do Jornal do Brasil e no caderno de Educação da Folha Dirigida, como repórter.

Gilberto Loureiro - Roteirista do programa, cineasta e dramaturgo.

Roberto Brandão - Produtor executivo. Já trabalhou na TV Globo, SBT e TVE. Está há cinco anos na MULTIRIO.

Licurgo Aspínola - Apresentador e ator. Já atuou em peças de teatro e novelas.

Leandro Egrejas - Editor de vídeo. Tem 13 anos de experiência. Seu último trabalho foi no programa *Por trás da Fama*, do Canal Multishow.

Carlos de Souza - Assistente de direção. Tem 15 anos de experiência em rádio e TV. Já dirigiu e produziu vários comerciais.

Lucia Soucasaux - Assistente de Produção. Formada em publicidade. Está há cinco anos na MULTIRIO.

Francisco Valle - Assistente de produção. Já trabalhou como diretor de produção de dois curtas, um deles premiado em festivais internacionais - *O Detector de Verdade*.

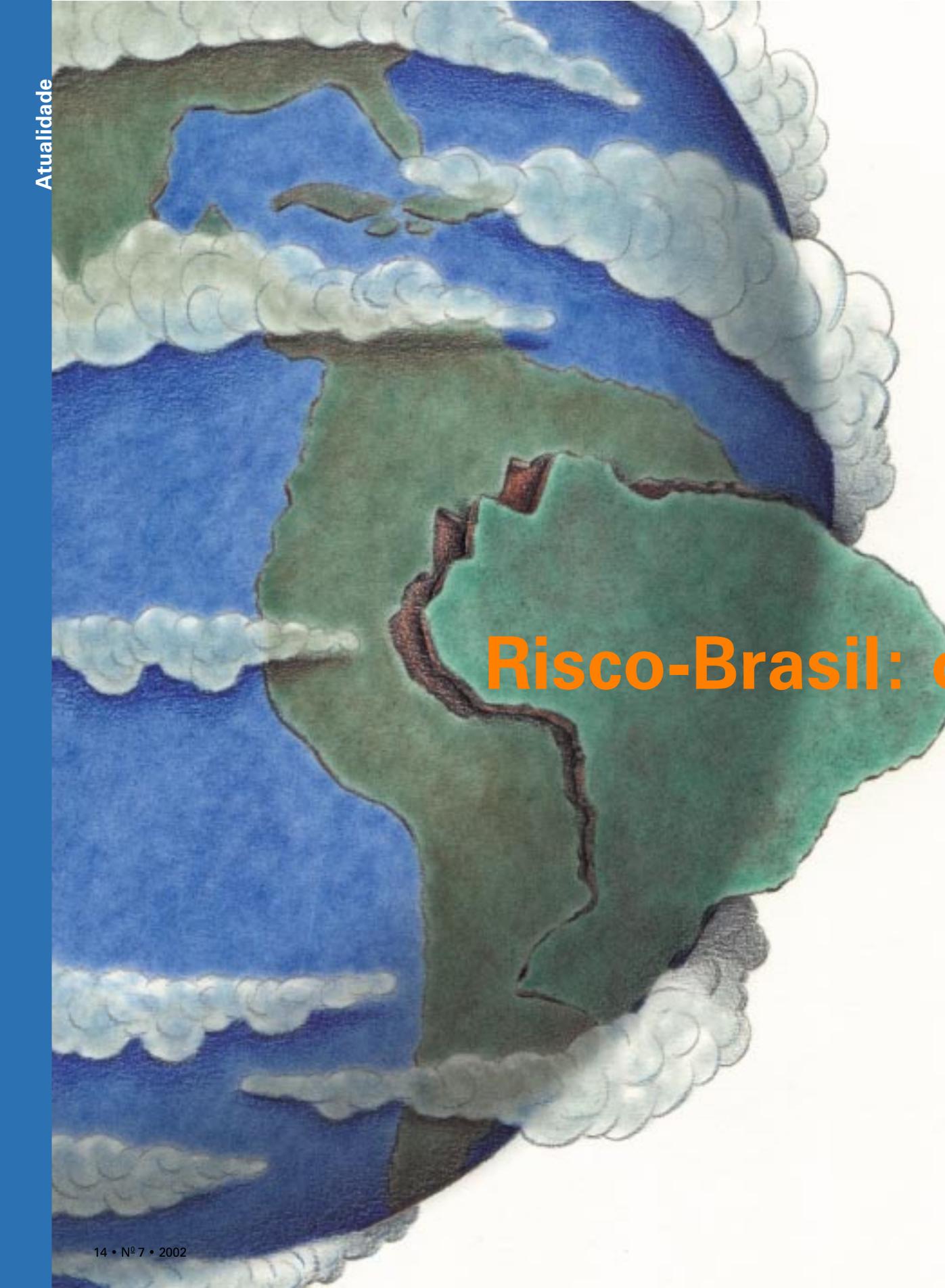
Eloisa Ramos Ferreira - Pedagoga e Profª de Ed. Física da Rede Municipal de Ensino. Atua na Diretoria de Mídia e Educação.

Equipe Técnica

Cinegrafistas - Marcos Teixeira e Márcio Pereira

Iluminadores - Nelson Jorge e Damião Castro

Áudio - Erick Mattos e Olivaldo Meireles



Risco-Brasil: o que é isto?

Com certeza, você vem acompanhando o sobe e desce das cotações do dólar, das bolsas e as reações do mercado internacional. Afinal, não é preciso ser especialista em economia para ser bombardeado com essas informações. O assunto vive nas manchetes das edições dos principais jornais, revistas e telejornais. Nos últimos meses, foi a vez do Risco-Brasil.

Na verdade, este índice sempre existiu. O economista Airton Queiroz, chefe do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), acha que esse indicador está apenas mais popular por causa dos noticiários. Mas adverte: “Ele não deve tirar o sono da população. Os dados interessam mais às empresas que possuem dívidas externas e têm que saldá-las ou efetuar o pagamento dos juros”.

O que é - Simplificando, Risco-Brasil é o indicador que mede a confiança do investidor estrangeiro no pagamento das nossas dívidas externas. O risco, no caso, representa, numa escala reconhecida internacionalmente, a diferença entre as taxas de juros pagas pelo Brasil e pelos EUA, no momento em que efetuem o pagamento dos seus respectivos títulos negociados no mercado internacional. O cálculo é feito em cima das despesas e receitas de cada país - importação, exportação, arrecadação de impostos, pagamentos de títulos e gastos públicos.

Se a taxa de juros dos títulos norte-americanos estiver em 4% e a do Brasil em 15%, o Risco-Brasil é de 11%. As instituições financeiras apresentam este valor em pontos, multiplicando o percentual por 100. No exemplo, seria: $11\% \times 100 = 1100$ pontos.

Neste ano, com as especulações pré-eleitorais, o índice vem oscilando bastante e provocando apreensão. Em janeiro, registrava 824 pontos. Seis meses depois, ultrapassava a casa dos dois mil. Para alguns economistas, a alta do índice mostra que a macroeconomia brasileira não está segura, que é preciso gastar apenas o que se tem em caixa e cortar despesas para saldar as dívidas internas e externas.

Neste cenário, os investidores estrangeiros, que movem seus capitais diariamente no mercado de valores internacional, deixam de fazer aplicações

no país, gerando escassez de dólares no mercado, o que faz a cotação - relação dólar/real - aumentar. As importações ficam mais caras, o que acaba se refletindo no dia-a-dia das pessoas. Os preços sobem, assim como o custo de vida, pois o Brasil importa produtos e matérias-primas.

José Carlos Assis, economista e estudioso do assunto, acrescenta: “O risco é apenas um indicador subjetivo, calculado por analistas financeiros. Os dados interessam apenas a especuladores. Esses números podem ser facilmente manipulados por instituições internacionais”.

Mas, enquanto o noticiário se esmera em semear o pânico, há quem, como especialista, sinta-se à vontade para tranquilizar nosso sono.

O economista Airton Queiroz acredita que esse sobe e desce do Risco-Brasil pode ser, inclusive, uma tática para que os banqueiros internacionais, em curto espaço de tempo, lucrem com a alta dos juros do pagamento das dívidas externas: “Ou seja, é um impacto pequeno e diluído no tempo. Hoje, esse indicador pode estar lá em cima e, amanhã, lá em baixo. O impacto no dia-a-dia das pessoas é mínimo. Afeta psicologicamente mais do que, propriamente, o bolso da população”. ■

Quando cada andorinha faz verão

Ainda este ano, a Secretaria Municipal de Educação (SME) estabelecerá novas diretrizes para a avaliação dos alunos da sua rede de ensino. Elas estão nascendo das discussões entre o Departamento Geral de Educação (DGED) e dez grupos de professores, representantes das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). E apontam para um novo olhar: a importância de se acompanhar os processos e a necessidade de se avaliar também o professor e a escola.

Nota, controle, autoridade. Erro e acerto. Crime e castigo. Em um jogo de livre associação, seriam estas as primeiras idéias despertadas pela palavra *avaliação*. Na história da escola, esta foi sempre uma ferramenta de exclusão, base daquilo que Paulo Freire chamou de *educação bancária*, em que os pais depositavam crianças e recebiam, ao final de certo tempo, apenas números relativos ao *rendimento escolar*.

Novo paradigma - Hoje, os professores compartilham um novo olhar sobre os processos de aprendizagem e revêem constantemente posturas, atitudes, metodologias e instrumentos que possam dar indicadores da evolução dos seus alunos. Longo e demorado, o caminhar para uma nova política de avaliação escolar não tem sido feito de rupturas, mas de avanços e recuos, acertos e desacertos, como todo processo de constituição de conhecimentos, como explica a professora Nuvimar Palmieri da Silva, assistente do DGED: “Já avançamos bastante, mas precisamos ajustar alguns pontos. A avaliação não é mais vista como algo pontual e centrada unicamente no aluno. Ela passa pela postura do professor e da própria escola”.

Uma escola que deva acompanhar as mudanças sociais do nosso século não poderia continuar se valendo das mesmas ferramentas de avaliação que datam de dois séculos. Se a escola trabalha pela formação plena, onde se constituem saberes e valores, o aluno que se espera dela deve ter autonomia na busca de informações e ser capaz de, por si mesmo, transformar dados em conhecimentos.

Desde que a escola universal, pública e gratuita foi criada, acreditava-se que a repetência seria a solução para fazer com que o aluno *aprendesse* os conteúdos não apreendidos em um determinado prazo estabelecido pelas autoridades educacionais. Tudo isso medido em uma escala de notas conferidas pelo professor ao aluno. Ao ter que refazer um ano, uma série, o aluno tinha a oportunidade de superar o obstáculo. É fácil perceber que essa expectativa do que seria aprender, apreender e saber, estava ancorada em uma idéia de conhecimento como algo dado, estático, pronto, guardado em algum lugar até que a ele se tivesse acesso e oportunidade de aprender, no caso, para sempre. ►



Litografia - Bevrijding Liberation - M.C. Escher - Gravuras e Desenhos - Editora Evergreen - Distribuição - Taschen



Fracasso escolar - A reprovação, por sua vez, acabava gerando novas repetências e, no final da linha, o fracasso e a evasão escolar. Ao fechar-se a década de 90, o índice de retenção nas escolas públicas e particulares (que também adotavam e ainda adotam o mesmo paradigma de ensino e avaliação) no Brasil, chegava aos 21,3%. E o de evasão chegava a 4,5% (os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep).



Em seu livro *Avaliação - Mito & Desafio*, Jussara Hoffmann mostra que atualmente não se pode educar passando informações para os alunos, como se fazia nos séculos XIX e XX: “A partir dessa visão, o processo avaliativo não é mais o de julgamento, mas de acompanhamento”. O ato de avaliar deixa de rimar com classificar, hierarquizar, rotular e desaparecem os adjetivos melhor, pior, primeiro, último, forte, fraco, nulo. E, quem sabe, a exclusão.



Ratificando essa idéia, o assistente da Diretoria de Educação Fundamental da DEF/SME, Antônio Augusto Mateus Filho, não acredita que se possa reprovar qualquer aluno que seja: “O professor tem o compromisso ético e político de garantir que a criança adquira os conhecimentos básicos para a sua formação. A reprovação não pode ser o objetivo final”.



Novos tempos - De fato, desde 1996, a rede carioca de ensino vem implantando nova proposta de avaliação e a reprovação, se não desapareceu, o que seria ideal, ao menos caiu para uma taxa de 10%. Um bom sinal, que não passa despercebido pelo professor Mateus: “Os professores estão reformulando sua *práxis*. E isto é o mais importante”.



Mais importante e mais difícil. Mudar a prática da avaliação envolve a participação de todos e exige nova postura profissional. Não basta dizer não à prática da reprovação sem que se dê garantia de melhores condições de trabalho ao professor, de forma que ele possa criar situações educativas na sala de aula que sejam enriquecedoras e diversificadas, como sintetiza o professor



Mateus: “Temos que tornar as aulas interessantes, contextualizar o ensino, estabelecer o diálogo franco e aberto com os estudantes, seduzi-los”. Isto tudo está claro no próprio texto da Resolução 684 da SME, que estabeleceu as diretrizes da avaliação:

O processo de avaliação deverá considerar: o trabalho docente desenvolvido com o aluno e com a turma; o caráter interdisciplinar do conhecimento; a diversidade do trabalho escolar desenvolvido com o aluno e com a turma; as adaptações curriculares previstas para os alunos portadores de necessidades educacionais; o perfil geral do aluno em todos os componentes curriculares; o desenvolvimento real e potencial do aluno no decorrer do ano letivo; a participação do aluno em atividades desenvolvidas nas unidades de extensão da SME; a participação do aluno em programas e projetos educativos; e a auto-avaliação do aluno.

Leituras básicas - Tarefa fácil? Não. Mas possível. A professora Nuvimar Palmieri da Silva, assistente do DGED, acredita que, para o trabalho dar certo, é preciso também que o mestre busque, na bibliografia especializada, suporte para colocar o discurso em prática: “Conhecer e entender, por exemplo, o que vem a ser o conceito da zona de desenvolvimento proximal, observado pelo educador Lev Vygotsky, ajudará o trabalho do professor e, conseqüentemente, a vida escolar dos alunos”.

Uma leitura nos estudos de Célestin Freinet também é importante. Ele afirma que o erro faz parte da construção do conhecimento. Portanto, não se deve estigmatizá-lo. O erro, muitas vezes mais do que o acerto, revela o que a criança sabe e não sabe, colocando este saber numa perspectiva processual. A teoria auxilia ainda o professor a enxergar que cada aluno se expressa de um jeito próprio, revelando características únicas e em um ritmo de aprendizado que não é igual ao de nenhum outro colega. ►

Desde o início do ano, o Departamento Geral de Educação (DGED) e dez grupos de professores - que representam cada uma das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), estão rediscutindo as diretrizes do processo de avaliação do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Justificar e buscar, de forma compartilhada e conseqüente, as respostas, é tarefa para todos os professores da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Não se trata de acabar com as notas baixas ou com maus conceitos mas, sim, de garantir a todos o direito de acesso aos conhecimentos históricos construídos.

Em debate, estão os seguintes pontos:

★ Por que os professores do Projeto de Educação Juvenil, do 1º Ciclo de Formação e das turmas de Progressão utilizam indicadores, e os do regime seriado, conceitos? Os educadores questionam se não seria mais apropriado fazer uso de um único critério.

★ Embora a grande maioria concorde com o preenchimento de relatórios, muitos educadores acreditam que o documento deve ser mais flexível. Os atuais relatórios, na visão dos professores, são bastante extensos e seguem um padrão determinado.

★ Muitos professores sugerem a extinção do curso de férias, destinado aos alunos do 1º Ciclo de Formação e das

turmas de progressão. O curso tem o objetivo de dar uma chance aos alunos de recuperar o tempo perdido.

★ Com a aprovação da atual resolução 684, o ano letivo foi dividido em trimestres. Alguns professores acham que seria mais produtivo a divisão do calendário escolar em bimestres - o que, segundo eles, daria mais chances de diagnosticar e acompanhar, mais rapidamente, o desenvolvimento dos estudantes.

★ Os educadores também questionam a validade do plano de estudos, voltado para os alunos de 3ª a 8ª série que foram reprovados ao final do ano. O instrumento possibilita que o estudante realize uma nova avaliação nos cinco primeiros dias letivos do ano subsequente.

Cipriano Carlos Luckesi, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também tem publicado estudos sobre o tema. Para ele, a avaliação implica, então, dois processos: o diagnóstico e a decisão: “Chegar ao diagnóstico - bom ou ruim - é apenas uma parte do processo de avaliação. É preciso saber o que fazer com este diagnóstico. É o que eu chamo de tomar a decisão. É a partir do diagnóstico que o professor tomará decisões para auxiliar o aluno na constituição dos seus conhecimentos, alcançando, assim, os seus objetivos”.

Na prática, o professor percebe, então, que as necessidades dos alunos, levantadas na etapa diagnóstica, não são iguais em uma mesma área do conhecimento, ainda que eles estudem na mesma série. Para diagnósticos diferenciados, os educadores deveriam buscar decisões personalizadas, mesmo que possam ser operacionalizadas em pares ou em grupos.

Ação conjunta - O professor que usa a avaliação para aprovar ou reprovar ou que, desde o primeiro dia de aula, rotula seus alunos e profetiza quais terão bons desempenhos, não se considera como parte integrante e insubstituível na constituição de conceitos, conteúdos e valores o que chamamos, simplesmente, de aprendizagem. E, quando isto acontece, ao se excluir deste processo de ensinar e aprender, desconhece a necessidade de avaliar a si, a cada um de seus alunos e à sua turma. Ele deixa escapar as melhores possibilidades de intervenção neste rico e complexo percurso da aprendizagem.

Para que qualquer transformação aconteça, de fato, é preciso que toda a escola participe desta mudança. A educadora Jusara Hoffmann vai além: “Pode estar certo. Em avaliação, uma andorinha faz verão. Um professor muda uma escola, uma escola muda uma rede, uma rede muda o município e assim por diante. Mas, na verdade, ninguém muda a cabeça de ninguém. As pessoas só mudam suas práticas quando descobrem novos significados”. ■

E. M. Marc Ferrez, Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)



Como é feita hoje a avaliação na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro

Regime seriado - 3ª à 8ª série

A avaliação do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos é registrada no boletim escolar. O professor trabalha com três conceitos: **PS** (plenamente satisfatório) - quando o aluno realiza, de maneira independente, mais de 70% do que lhe foi proposto; **S** (satisfatório) - quando o estudante realiza parte do trabalho escolar de maneira independente, em uma faixa compreendida entre 40 e 70% do que lhe foi proposto; **EP** (em processo) - quando o aluno, mesmo contando com a ajuda direta do professor e de colegas mais experientes, realiza, no máximo, 39% do trabalho escolar, apresentando dificuldades na compreensão dos conceitos, habilidades e valores trabalhados.

Primeiro Ciclo de Formação • Turmas de Progressão • Projeto de Educação Juvenil

O professor registra, em relatório, o processo de desenvolvimento de aprendizagem de cada aluno e da turma, utilizando quatro indicadores: **I** - destinado aos alunos que trabalham com autonomia e demonstram compreensão dos conceitos, habilidades e valores trabalhados; **II** - voltado para os estudantes que trabalham com relativa autonomia, demonstrando estar construindo conceitos e valores, embora necessitem eventualmente de ajuda; **III** - para os alunos que já estejam construindo conceitos e valores e desenvolvendo habilidades, embora necessitem constantemente de ajuda; **IV** - Para os estudantes que demonstram, ainda, dificuldades na construção de conceitos e valores e no desenvolvimento das habilidades, mesmo com ajuda constante.

E. M. Casa da Criança Del Castilho, Zona Norte, Rio de Janeiro



Educação Infantil

A avaliação deve considerar a especificidade desta faixa etária para qual o jogo e a brincadeira são meios de construção de conhecimentos. O professor registra a avaliação em relatórios próprios. Não cabendo, portanto, retenção, nem atribuição de conceitos ou indicadores.

Educação Especial

Não há reprovação entre um nível e outro do segmento. O professor registra sua avaliação em relatórios individuais e de turma. Há dois tipos de instrumento: relatório de observação inicial e de acompanhamento.

Avaliação tem a ver com ação e esta, por sua vez, tem a ver com a busca de algum tipo de resultado, que venha a ser o melhor possível. Nós todos agimos no sentido de encontrar o melhor caminho para uma qualidade satisfatória de vida. Agimos para satisfazer nossas necessidades, desde as materiais até as espirituais.

Isso ocorre em relação a tudo o que se processa em nossa vida, desde a coisa mais simples, como sair de casa e ir à padaria para comprar pão, até experiências complexas, como pode ser a busca do significado profundo de nossa vida ou as saídas complexas para os problemas macros da vida social das nações e das relações entre as nações. A avaliação subsidia, serve a uma ação, com o objetivo de obter o melhor resultado possível.

Qual é o melhor resultado possível? Este só pode ser compreendido em cada ação. A avaliação serve à finalidade da ação, a qual ela está vinculada. Se estamos avaliando a aprendizagem, ela serve à busca do melhor resultado da aprendizagem que está sendo processada; se estamos avaliando o setor de distribuição de uma empresa, a avaliação estará subsidiando a busca da melhor solução para os impasses encontrados nesse segmento



Artigo/Cipriano Carlos Luckesi* A base ética da avaliação

organizacional. E assim por diante. Em síntese, avaliação tem como finalidade servir à ação, seja ela qual for.

Se todo tipo de prática de avaliação está atrelada a uma ação, o mesmo ocorre com a avaliação da aprendizagem na escola. Ela serve à prática educativa e à prática de ensino, subsidiando a busca de determinados resultados, que são seus objetivos específicos.

É nesse contexto que aparece a figura do educador como mediador da prática educativa e pedagógica. A prática educativa e a prática pedagógica, por si, já fazem mediações: elas são meios pelos quais a estética (arte e espiritualidade), a ética (cultura axiológica de uma comunidade) e a ciência (conhecimentos objetivamente constituídos) chegam aos educandos. Para isso, em primeiro lugar, há necessidade do educador no papel de mediador vivo entre a experiência cultural em geral e o educando. O educador, servindo-se de diversos instrumentos, auxilia o educando a assimilar a herança cultural do passado, para, ao mesmo tempo, incorporá-la e superá-la, reinventando-a. Ao aprender, assimilamos a herança cultural do passado e, ao mesmo tempo, adquirimos recursos para superá-la e reinventá-la. O educador, em sua ação, serve a esse processo.

É no seio desse papel de mediador vivo do processo de formação do educando que o educador pratica atos avaliativos, que necessitam ser regidos por uma ética; são atos que têm uma finalidade e, por isso, assentam-se em valores, que dão sua direção.

A meu ver, tendo presentes os conceitos acima explicitados, o plano de fundo do modo ético da prática da avaliação da aprendizagem na escola é a compassividade. Etimologicamente, o termo compassividade vem de dois termos latinos: do prefixo *cum* (que significa *com*) e do verbo *patior* (que significa *sofrer a ação*, mas também *agir*). No caso, compreendo a compassividade como o ato de sentir com o outro e, ao mesmo tempo, com ele agir. *Agir com* o educando, na busca de seu desejo de aprender, de desenvolver-se, de tornar-se adulto; de fazer o seu caminho. O educador não impõe ao educando o que *ele deve ser*, mas, com ele, busca o caminho para que se torne o que necessita de ser, como anseio de sua essência, de sua alma (alma aqui não está compreendida como um fenômeno religioso, mas sim como o âmago de cada um de nós, como o centro de nossos anseios).

Neste contexto, compassividade na avaliação da aprendizagem, mais simplesmente, pode ser traduzida como *solidariedade*. O educador necessita de ser *solidário* com o educando no seu caminho de desenvolvimento; necessita de estar com ele, dando-lhe suporte para que prossiga em sua busca e em seu crescimento, na direção da autonomia, da independência, da vida adulta. O educador está junto e ao lado do educando em sua tarefa de construir-se dia a dia. A avaliação subsidia o diagnóstico do caminho e oferece ao educador recursos para reorientá-lo. Em função disso, há

necessidade da solidariedade do educador como avaliador, que oferece continência ao educando para que possa fazer o seu caminho de aprender e, por isso mesmo, desenvolver-se.

Ser solidário com o educando no processo de avaliação significa acolhê-lo em sua situação específica, ou seja, como é e como está nesse momento, para, a seguir, se necessário, confrontá-lo e reorientá-lo amorosamente, para que possa construir-se a si mesmo como sujeito que é (ser), o que significa construir-se como sujeito que aprende (aquisição de conhecimentos), como sujeito que age (o fazer) e como sujeito que vive com outros (tolerância, convivência, respeito). Confrontar, aqui, não significa desqualificar ou antagonizar com o educando, mas tão somente, amorosamente, auxiliá-lo a encontrar a melhor solução para a situação que está vivendo, seja ela cognitiva, afetiva ou espiritual.

Em síntese, a meu ver, o princípio ético que pode e deve nortear a ação avaliativa do educador é a solidariedade com o educando, a compaixão; o que quer dizer desejar com o educando o seu desejo e garantir-lhe suporte cognitivo, afetivo e espiritual para que possa fazer o seu caminho de aprender e, conseqüentemente, de desenvolver-se na direção da autonomia pessoal, como sujeito que sente, pensa, quer e age em favor de si mesmo e da coletividade na qual vive e com a qual sobrevive e se realiza.

Solidarizar-se com o educando não é um ato piegas, que considera que tudo vale, mas sim um ato amoroso, ao mesmo tempo dedicado e exigente, que tem como foco de atenção a busca do melhor possível. ■

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia



Rodrigo Almeida e Paulo Fonseca (de óculos), alunos da Escola Especial Marly Frões Peixoto, zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)

Arquivo Pessoal

Vencendo obstáculos, transformando histórias

No último Dia das Mães, Maria das Graças Almeida ganhou um presente inesquecível. Seu filho Rodrigo Almeida, de 17 anos, aluno da Escola Especial Marly Frões Peixoto, Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), mostrou o quanto já dominava o computador. Um presente para mãe, uma conquista para Rodrigo, portador de paralisia cerebral.

Rodrigo pode nem se dar conta, mas ele é um exemplo de que os estudantes portadores de necessidades especiais também aprendem, trocam experiências e sabem ensinar, apesar da frequência com que são vistos e rotulados de incapazes e, por isso, colocados à margem da sociedade. É preciso lembrar que só a partir da metade do século XX começou-se a dar condições para que essas pessoas pudessem se integrar à vida em comunidade. O preconceito e a discriminação, no entanto, ainda persistem até os dias de hoje.

Por isso, a experiência da escola Marly Frões é tão importante. Há um ano e meio, Sara Gillian Norton Pont, estudante do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), resolveu criar uma *oficina de computador* na escola: “Acreditava que o computador poderia favorecer a aprendizagem dos estudantes, sendo uma ferramenta que ajudaria na constituição de conhecimento de todos. Não sabia de que forma, mas queria tentar. Procurei a

direção, expliquei o meu objetivo, obtive apoio e, com a ajuda dos professores, fui em frente”.

Caminho certo - Não foi nada fácil. A oficina começou com três alunos, um deles era o próprio Rodrigo. Os estudantes não tinham nenhuma intimidade com o equipamento. O processo foi lento. Cada passo dado era uma vitória. Sara começou pelo bê-á-bá: teclado, monitor e mouse: “O interesse dos alunos era grande e isso me motivava bastante. Eles não falavam, tinham paralisia cerebral, porém os gestos, as feições e os olhares traduziam que estávamos no caminho certo”.

Com o passar dos meses, Sara e a professora regente da turma decidiram utilizar *softwares* educativos, buscando uma linguagem dinâmica e interativa. Aos poucos, as crianças começaram a adquirir familiaridade com a máquina. O que era bom, mas ao mesmo tempo traçava novos desafios tanto para Sara quanto para a escola: “Os alunos tinham, por exemplo, restrições motoras. Era preciso ajudá-los a mexer no computador. Mas não era isso que eles queriam. Eles lutavam para se apropriar do equipamento por conta própria”.

Estavam sendo desafiados a superar suas dificuldades. A equipe da escola não poupou esforços e procurou facilitar a aproximação dos alunos com o computador. Em 2001, Felipe Abrantes, estudante de Engenharia Industrial da PUC-Rio, entrou para a oficina. Com o apoio de seus professores, desenvolveu uma adaptação que permitia a Rodrigo digitar o teclado de forma independente.

Ao mesmo tempo, a diretora da escola, Márcia Carvalho Arantes, foi atrás de outros recursos: “Procuramos o Centro de Referência do Instituto Helena Antipoff da Secretaria Municipal de Educação (SME), que presta atendimento aos alunos de Educação Especial da rede. Para outro aluno, por exemplo, o Paulo, adquirimos uma adaptação especial para ser fixada ao teclado, oferecendo maior segurança e precisão no trabalho”.

Autonomia - O salto que os alunos deram, na avaliação de Sara, foi enorme. Eles estavam conseguindo se apropriar de um equipamento, de uma nova linguagem de forma independente, sem a presença constante do professor, do colega ou da família, o que acabou surpreendendo a todos, principalmente Felipe: “Quando comecei a trabalhar na oficina não acreditava que eles conseguiriam dominar e utilizar o computador por conta própria. Havia muita limitação. Sinceramente, achava que o trabalho não teria êxito. Me enganei e fico muito, muito contente por isto”.

Que o diga também a professora Rosenir Cruz de Andrade, que participa da oficina desde o ano passado: “Esse trabalho foi e é tão importante porque, por meio dele, estou descobrindo o que realmente os alunos sabem e não sabem. Na Educação Especial, nós, professores, acabamos de certa forma induzindo o aluno ao acerto. ►

Conhecer, descobrir, interagir:
os passos da oficina de computador



Arquivo Pessoal

Criamos poucos espaços para que ele possa errar. Isto acaba dificultando a nossa avaliação de como os estudantes estão indo”.

Na oficina, Rosenir descobriu que os seus alunos sabem menos do que ela imaginava. Se ficou triste? Nem um pouco: “Estou muito feliz, pois agora sei quais são as reais necessidades deles. Posso ajudá-los na constituição dos seus conhecimentos. Ao criar e digitar poesias no computador, por exemplo, os alunos tinham a chance de reescrever uma palavra, uma sentença ou uma idéia. Isto foi de extrema importância para a minha prática. Depois deste trabalho, revi a minha postura como professora. Sei que tenho que oportunizar mais espaços, em sala de aula, para que eles construam e desconstruam os conhecimentos”.

A oficina rendeu outros bons frutos. Agora, a escola quer desenvolver um trabalho sistemático de informática educativa. O dia-a-dia da oficina registrado por Sara virou monografia do seu curso de graduação, sob a orientação do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (Gips), instituição ligada à PUC-Rio. Com a ajuda de Felipe, ela também pretende digitalizar todo o trabalho em um CD-ROM, para divulgar a proposta. As mães dos alunos - quer queiram ou não - aprenderão um pouco de informática. E Rodrigo e Paulo estão mais do que contentes, conectados com o mundo, interagindo com ele e superando uma das muitas barreiras de exclusão. ■

“Pude perceber que o uso do computador vem proporcionando vários benefícios aos jovens portadores de necessidades especiais. A oficina deixou claro o papel motivador que a máquina exerce sobre os estudantes e como a troca entre os alunos, professores e nós, pesquisadores, contribuiu para a constituição dos conhecimentos.

Tal experiência mostrou ainda o poder do diálogo durante o processo de aprendizado do jovem portador de necessidades especiais e o quanto o computador serve como instrumento mediador e lúdico neste processo.

A forma como esta tecnologia convida e motiva o usuário a interagir facilitou o processo de reconhecimento do potencial de cada aluno para se expressar com o mundo. A experiência possibilitou que os alunos Rodrigo e Paulo, por exemplo, pudessem realizar determinadas tarefas sem a ajuda de um adulto, favorecendo a busca da autonomia e elevando a auto-estima.

Notamos, então, o quanto a concepção da teoria de Lev Vygotsky - zona de desenvolvimento proximal - está internalizada não apenas no processo metodológico da pesquisa realizada, mas também na forma de perceber as potencialidades do outro com quem nos deparamos e interagimos. Assim, foi possível desafiar os alunos, questionar suas respostas e observar a forma como eles aprendem.

Esperamos que este trabalho sirva para criar novas propostas pedagógicas. Esperamos ainda que a utilização do computador de forma lúdica e mediadora possa ser um importante fator para a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade contemporânea.

Sara Gillian Norton Pont



A psicóloga Sara Norton, a professora Rosenir Cruz de Andrade e o estudante Felipe Abrantes

Para sua atualização

Linguagens artísticas e princípios educativos. Estes são os destaques da programação de TV: Matilda, Na Ponta dos Pés e Mestres da Literatura.





TV

Matilda

Área de Conhecimento

Ciências

Sinopse

Matilda é uma pata intrometida que está sempre tentando corrigir a natureza. A série, composta por 13 episódios, aborda a relação dos seres vivos com o meio ambiente, destacando o perigo do desequilíbrio nos ecossistemas.

Reprodução



Na Escola

A partir de cada episódio, o professor pode realizar atividades que trabalhem diferentes temas relacionados ao programa, como alimentação, cadeia alimentar etc.. Por meio dos personagens das histórias, os alunos perceberão que mudanças de hábitos geram alterações e reações no ecossistema. A série ainda favorece a discussão de alguns conceitos, como o respeito às diferenças. É interessante o educador partir de questões próximas ao universo da criança para trabalhar assuntos mais gerais, como o próprio meio ambiente.

Ficha Técnica

Tipo de produção:
Animação

País: República Tcheca

Produção:
Czech Television

Co-produção:
Anima

Duração: 7 minutos

Horário:
NET - Cara de Criança
(terça-feira, às 9h,
sábado, às 9h)

Propostas de Trabalho

★ Escolha um episódio de interesse da turma. Proponha ao grupo que recrie a história, utilizando a linguagem teatral. O objetivo é incentivar a criatividade dos estudantes. O professor deve ficar atento para mediar o processo e viabilizá-lo, favorecendo a construção da consciência de que a preservação do ecossistema depende de todos.

★ Repita a atividade em outro período do ano fazendo rodízio entre seus alunos. Tente registrar o processo, por exemplo, com fotografias - garantindo a memória da construção de identidade da turma.

Atenção professor! A expressão oral favorece em muito a expressão escrita. Não se esqueça também de promover, em sala de aula, situações que possam incentivar seus alunos a identificar, nos episódios, relações com o cotidiano escolar e familiar.



Educação Infantil



Ensino Fundamental



Vídeo



Professores



Impressos



CD-ROM



Internet

TV

Na Ponta dos Pés

Sinopse

A série, de 40 episódios, apresenta a *gramática* da dança - seus elementos básicos e os vários estilos existentes. O programa é narrado e tem como personagens crianças e jovens de diferentes países. O texto da série é construído a partir de perguntas e comentários de profissionais ligados à arte.

Na Escola

A série revela alguns aspectos do processo de criação artística, integrando as artes cênicas, a linguagem musical e os movimentos do próprio corpo. O conteúdo rico possibilita diferentes abordagens temáticas, como a coordenação motora, os diferentes estilos de dança, o ritmo etc.. O professor pode ainda trabalhar com os alunos a consciência de que o movimento do corpo é uma linguagem que expressa sensações, emoções e sentimentos.

Propostas de Trabalho

★ Proponha aos seus alunos a criação de coreografias que expressem a identidade cultural do grupo, ou da turma, da escola, do bairro ou da cidade. O professor de Educação Física, com a equipe de sua escola, pode criar atividades que integrem os diferentes conceitos do universo da dança, sempre valorizando a iniciativa dos estudantes.



Reprodução

Área de Conhecimento
Artes
Ficha Técnica
Tipo de produção: Documentário
País: Canadá
Produção: Genuine Pictures Inc./ TV Ontario
Duração: 5 minutos
Horário: BandRio (terça-feira, às 7h45) NET (terça-feira e sábado, às 9h30)



Reprodução



TV

Mestres da Literatura

Sinopse

A série de seis episódios apresenta a biografia de escritores da literatura brasileira, como Lima Barreto, José de Alencar, Machado de Assis, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. A vida e a obra das personalidades são apresentadas a partir de uma narrativa histórica e política do cenário brasileiro no qual viveram.

Na Escola

O professor encontrará informações que descrevem e ilustram o cenário da cultura literária e política do Brasil do final do primeiro império aos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. Os vídeos favorecem a realização de atividades integrando as áreas de História e Literatura.

Propostas de Trabalho

★ O professor pode destacar as passagens da narrativa do programa que contextualizam as obras dos escritores, estabelecendo assim o debate de algumas questões. Os alunos, por exemplo, discutirão quais os aspectos políticos e sociais que marcam o trabalho de determinado escritor ou de que forma a vida e a obra deste autor estiveram ligados ao dia-a-dia de sua época. Proponha aos alunos, após a exibição dos 6 programas, que apresentem, em grupos, a obra dos escritores – promovendo um debate e estabelecendo comparações. Por exemplo: Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, o que os caracteriza como modernistas? Quais as diferenças entre eles?

Área de Conhecimento
Literatura
Ficha Técnica
Tipo de produção: Documentário
País: Brasil
Produção: Maluiana Batista/ cedente TV Escola
Duração: 30 minutos
Horário: BandRio (terça-feira, às 7h, sexta-feira, às 14h) NET (segunda-feira, às 8h, quinta-feira, às 10h30, sexta-feira, às 8h30, domingo, às 10h)

Estas propostas são feitas a título de sugestão. Não é nossa intenção passar receitas ao professor. Consideramos que todos os vídeos podem ser usados por todos os segmentos, em parte ou totalmente. Quem deve fazer esta opção é você, professor!

Para que serve o Fundo Rotativo?

As carteiras dos alunos estão precisando de uma reforma? A secretaria da escola, de alguns materiais de trabalho? E a fachada, de uma nova pintura? Desde 1993, as escolas da Rede Municipal de Ensino do Rio contam com o chamado Sistema Descentralizado de Pagamento, o antigo Fundo Rotativo.

Pelo menos uma vez por ano, cada uma das 1035 escolas da rede recebem recursos financeiros para o pagamento de despesas que exijam ações imediatas. O valor é depositado e determinado pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), segundo orçamento da Secretaria Municipal de Educação aprovado pela Câmara dos Vereadores.

A escola pode receber, no máximo, R\$8 mil de cada vez. Nada impede, no entanto, que a CRE, durante o ano, faça novos depósitos, desde que estejam previstos e a escola já tenha prestado contas da utilização do valor recebido anteriormente.

O dinheiro deve ser usado para aquisição de pequenas quantidades de material, para a realização de obras e reparos de emergência, e para a compra de materiais e equipamentos permanentes, como, por exemplo, quadro negro, bebedouro e mesa.

O recurso é movimentado pelo próprio diretor. O ideal é que toda a comunidade escolar defina onde serão aplicados os recursos. Os membros do Conselho Escola Comunidade (CEC) devem ser consultados e participar do processo.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME), cada escola tem que prestar contas das despesas realizadas, conforme normas estabelecidas pela Controladoria Geral do Município. A não prestação de contas impede a concessão de novos repasses.

O que pode - Despesas miúdas - aquisição de material de consumo e prestação de pequenos serviços necessários à manutenção e ao funcionamento das escolas. Exemplo: produtos de limpeza e material didático e escolar. Serviços de reparo, adaptação, conservação, restauração e instalação de bens móveis e imóveis. Exemplo: reparo hidráulico, vazamento e substituição de telhas. Aquisição de máquinas e equipamentos permanentes. Exemplo: mesa, bebedouro e quadro negro.

O que não pode - Combustível, táxi, alimentos, cartões de visita, flores. ■



Ofeliano

Utilização
dos recursos

Rede Física - 28%
Aquisições - 31%
Serviços - 31%



Voto Consciente

Roteiro: Cristina Campos / Arte: Eduardo Ofeliano



TV-VÍDEOS



Uma Escola do Tamanho do Mundo
Aborda a quarta, a quinta e a sexta Diretriz Curricular Nacional
(Programa 5/Duração: 60min)

Educação e Trabalho

O programa traz entrevista exclusiva com Maria Teresa Esteban, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. (Programa 6/Duração: 30 min)
Há outra com o educador Antônio Flávio Barbosa Moreira, que coordena o Núcleo de Estudos do Currículo da UFRJ. (Programa 18/Duração: 30min)



Nós da Escola

Os professores do Ciep Patrice Lumumba, Zona Oeste, Rio de Janeiro, contam como é realizado o processo de avaliação do Programa de Educação Juvenil da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

(Programa 22/Duração: 30min)

Programas veiculados pela MULTIRIO/SME.
Rio de Janeiro, 2001.

Mais informações: www.multirio.rj.gov.br,
ouvidoriomultirio@pcrj.rj.gov.br • Tel.: (21) 2528-8282

AGENDA

DROGAS

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD) e o Centro de Produção da UERJ (CEPUERJ) realizam o Curso de Prevenção ao Abuso de Drogas. A prevenção na escola e na família são alguns dos temas abordados. As inscrições estão abertas. As aulas acontecerão de 22 de agosto a 7 de novembro. Informações: (21) 2587-7707

CONFERÊNCIA DO DIREITO DA CRIANÇA DE BRINCAR

A XV Conferência Mundial da Associação Internacional pelo Direito da Criança de Brincar discutirá as relações entre o brincar e a saúde e a importância da animação sociocultural nas grandes cidades. O tema do evento é A Cultura e o Brincar nos Espaços Urbanos. O encontro será realizado de 4 a 8 de novembro no Memorial da América Latina, em São Paulo (SP). Informações: <http://www.ipa-br.org.br/conferencia> ou pelo e-mail ipa@somaeventos.com.br

LIVROS

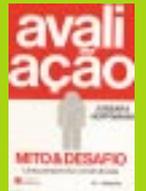
Para a garotada

**O Que Fazer?****Falando de Convivência**

Liliana Iacocca e Michele Iacocca
Editora Ática (2002)

O livro traça um panorama histórico do relacionamento humano. O texto é acessível e bem-humorado e as ilustrações retratam, com muita graça e ironia, as dificuldades da convivência pacífica entre as pessoas. Recomendado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Para sua atualização

**Avaliação. Mito e Desafio**

Jussara Hoffmann

Editora Mediação (1999)

O livro tem o objetivo de desafiar o mito da avaliação classificatória e ressignificar essa prática com acompanhamento da construção do conhecimento em todos os segmentos do ensino. Apresentando vários exemplos de situações vividas em escolas, a autora consegue mobilizar o leitor a refletir sobre suas concepções e a se indagar acerca do verdadeiro significado da ação avaliativa.

Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos

Regina Leite Garcia, Ángel Diaz Barriga, Almerindo Janela Afonso, Corinta M. G. Geraldi, Jussara M. P. Loch e Maria Teresa Esteban (Org.)

DP&A Editora (1999)

Abordando diferentes ângulos do processo de avaliação educacional, a obra debate a reconstrução do sentido da avaliação. Tem como tema central a avaliação escolar como uma prática que incorpora tensões constituintes das práticas sociais.

EXPOSIÇÃO

Está em cartaz, até o dia 6 de outubro, no Paço Imperial, a exposição Caminhos do Contemporâneo. A mostra reúne cerca de 400 obras de 179 artistas brasileiros. Há pinturas, esculturas, desenhos, instalações, objetos e fotografias. Endereço: Praça XV, 48, Centro, Rio de Janeiro (RJ). Informações: (21) 2533-4407

Refletindo sobre as grandes questões do novo século

Século XX1

CARREGANDO



O projeto S0culo XX1 0 para educadores que trabalham com jovens e adolescentes. A partir de 5 de setembro: www.multirio.rj.gov.br/seculo21